



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Comissão Nacional de Supervisão

**ATA DE REUNIÃO**

Aos trinta dias do mês de outubro de 2013, nos períodos das 9h às 12h e das 14h às 17h, no Edifício Anexo II do Ministério da Educação, 4º andar, sala 402, reuniu-se a Comissão Nacional de Supervisão, tendo de um lado, representando o Ministério da Educação (MEC), Antonio Leonel da Silva Cunha (SAA), Damáris Orru de Azevedo (SAA), Dulce Maria Tristão (SESu) e Danilo Lôbo (SETEC), e do outro lado os representantes sindicais José Aumiram Rodrigues (FASUBRA), Hilbert David de Oliveira Sousa (FASUBRA), Vânia Helena Gonçalves (FASUBRA), Tônia Cunha Duarte da Silva (FASUBRA), Loiva Marques Chansis (FASUBRA), Luiza de Marilac dos Reis (FASUBRA), Carlo Jerumenho (FASUBRA), Vanda do Carmo Lucas Santos (FASUBRA), Francisco de Assis dos Santos (FASUBRA), José Carlos Souza (SINASEFE/IFPE), Edmar da Rocha Marques (SINASEFE/C. Pedro II), Tonny Medeiros Martinho (SINASEFE), Aliomar da Silva (SINASEFE), Josemar Clemente Almeida (SINASEFE/IFPB), Jessica Fernandes (SINASEFE/DN) e Antônio Carlos Barum Brod (CONIF), para tratarem das questões que envolvem o Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior. O senhor Leonel Cunha abre a reunião informando que serão feitos alguns encaminhamentos e passa a palavra à Damaris que faz um resgate da última reunião e lembra que ficaram duas pautas definidas para a presente reunião: uma é o aprofundamento da discussão da proposta do plano que tinha sido apresentada na última reunião, a outra é a socialização do regramento dos afastamentos. A Vânia esclarece que a proposta tirada na última reunião é a de que os sindicalistas se reuniram para discutir na véspera dessa reunião, no entanto, não houve tempo hábil para que isso acontecesse, enquanto a Damáris afirma que para o MEC ficou a tarefa de aprofundar a questão do programa e trazer mais algumas informações com relação a proposta do programa de capacitação. Ao pedir a palavra o José Carlos diz que está havendo uma dificuldade muito grande para trabalhar essa proposta por causa da questão das Comissões Internas de Supervisão (CIS), uma vez que na rede tem muitos institutos que não tem CIS e tê-la é importantíssimo, e informa que fez uma proposta de encaminhamento para que saísse um documento recomendando os institutos a instalar a CIS porque os trabalhadores não estão atentando que a CIS ajuda a bancada sindical e o próprio governo, pois evita determinados problemas de um lado e de outro. Hilbert faz um registro antes do debate, sobre a expedição de uma nota técnica, referente a questões decorrentes

do acordo de greve, interpretativas que não foram objeto de discussão da Comissão Nacional de Supervisão (CNS) e afirma que no seu entendimento tal atitude rompe o diálogo estabelecido de interpretação sobre essas questões, visto que a referida nota técnica foi encaminhada a várias universidades, que inclusive consultaram o MEC sobre o assunto, mas isso não foi objeto da discussão do acordo de greve e a Federação está oficiando o MEC para tratar deste assunto. Leonel acolhe o registro. A Tônia informa que em relação ao foco das vagas ofertadas para o mestrado profissionalizante, de ser um foco de gestão e, é claro que isso também aparece quando se fala no afastamento, no próprio documento do governo aparece na legislação do Ministério do Planejamento que prioriza a questão da gestão, e de certa forma o governo se comprometeu que seria o primeiro passo e que seria ampliado, por exemplo, nos aspectos educacionais que são: estrutura da educação, legislação, planejamento e avaliação dentro da educação, e considerando os afazeres dos servidores, principalmente as atribuições previstas como de extensão, não que isso deva ser oferecido necessariamente por um programa em nível nacional, mas como se pretende que o papel de ter esse plano seja o de orientar, de regulamentar o que falta, que se pensasse em orientações e nas possibilidades jurídicas de promover a criação de vagas extras em pós-graduação, orientação sobre como as universidades podem organizar cursos em nível de pós-graduação focados para o corpo técnico-administrativo e podendo ser aberto também à comunidade. O papel da bancada sindical no plano seria apontar políticas no sentido de garantir vagas. Outra questão que está presente no programa nacional de apoio é apoiar as ações de capacitação integrada entre as instituições e trazer bem preliminarmente para pensar sobre o plano que já existia a ideia de que temos de ter uma estruturação mínima, uma forma de dar organicidade de operar o que se propuser na formação da CIS e na formação de pessoal. Então é necessário que preliminarmente se comece a conversar e seria interessante ter escola de governo na área de educação e pensar em algo por região nesse sentido. Em seguida, a Loiva solicita a palavra para complementar a fala da Tônia e diz que tem até alguns cursos envolvendo a escola de governo, mas são muito poucas as áreas, por trabalhar na área de gestão de pessoas ela diz ter essa realidade muito presente só na questão da gestão, inclusive é uma das linhas da Lei 11091, que eles têm que estar preparando os trabalhadores em educação para esse processo onde ele tenha condição de participar do processo de gestão, porque é importante que não seja limitado só a isso, ou muitas vezes vem só para as chefias. Às vezes vem cursos só destinados basicamente para quem está ocupando cargos de chefia, seja ela em que grau, e o restante dos servidores técnico-administrativos ficando de fora. Então é importante que a Comissão faça com que essa realidade dê essa composição, mas que os cursos colocados, sejam eles em termos de capacitação ou qualificação possam ser ampliados, com abrangência maior em termos de educação para que todos os trabalhadores possam participar. Outro debate realizado foi quanto à questão do financiamento, é importante ter um plano de capacitação, no entanto, não ficou bem esclarecido como será a forma de financiamento, porque não basta termos uma política de fornecer cursos, seja de capacitação ou qualificação sem que a questão do financiamento seja garantido. Como isso é uma dúvida, pode ser que seja nas entrelinhas, mas queremos que

isso seja especificado porque todo o processo de qualificação necessita logicamente de um financiamento, portanto, é importante que fiquemos sabendo como o procedimento será feito ou que fique melhor esclarecido já que no plano tivemos algumas dúvidas em relação a isso. A Vanda volta ao assunto da nota técnica e comunica que no VII Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão de Carreira, em Recife, o pessoal de Pelotas passou a informação restringindo algumas aplicações em relação a lei, conforme estava sendo feita em Pelotas e, assim, criou-se dificuldade na interpretação do Anexo III, que trata da capacitação com carga horária de 20h devido aquela mudança que aconteceu e, principalmente, na questão dos aposentados que estão com processos parados no RH por causa disso. O Leonel Cunha informa que a Damáris vai fazer algumas observações sobre a nota técnica e passa a palavra, a Damáris que corrige a informação sobre a origem da nota técnica e diz que a mesma não é da SESu e, sim, da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/MEC), na condição de órgão setorial do SIPEC, e que na ocasião a CGGP tinha uma série de processos, inclusive relacionados ao final da nota, fazendo questionamento sobre a questão do incentivo a qualificação e capacitação em geral, não havendo nada específico em relação a nova regra, apenas alguns questionamentos. Não há manifestação em relação a aposentados até porque temos clareza de que isso era uma questão que estava em debate ainda, as informações dadas foram em relação a equiparação de curso médio com curso técnico que era uma demanda das instituições bastante recorrente e alguma coisa sobre efeito financeiro, no caso quando uma pessoa entra com requerimento, para quando retroage, em nenhum momento fala sobre a questão dos aposentados porque sabemos que o assunto ainda está em discussão. A Vânia acrescenta que não é necessário entrar no debate aqui, até porque a direção da FASUBRA vai se posicionar com o ministro ou o secretário executivo em audiência. Leonel explica que o objetivo dessa reunião é discutir o plano, então torna-se necessário discutir o tempo a ser utilizado para essas questões senão ficaremos todo o dia discutindo este tema. São 10h20 podemos continuar neste tema até às 10h30? (todos concordaram). Hilbert informa que recuperou o relatório de 2010 e nele está que foi delineada uma estratégia de trabalho para a Comissão Nacional e uma agenda de discussões do ponto de vista que era à época, com o GT regulamentação. Então, ele reapresenta a proposição que foi apresentada de que a Comissão construa uma espécie de planejamento de seu processo, de modo que a possam identificar o número de reuniões que serão realizadas, uma agenda prévia para que sejam focalizados os pontos, tanto do ponto de vista das representações dos gestores, dos reitores, etc, que eles entendam que sejam agendas necessárias, assim como os trabalhadores vão fazer. Tony diz que queria tocar no plano de capacitação sobre a questão do texto não ter falado sobre doutorado. Quer saber como será feito para priorizar os antigos em relação aos novos na concorrência, ou seja, nas questões de capacitações e nessa questão de incentivo de qualificação, que são os cursos de mestrado, de doutorado e de especialização? Dulce de posse da palavra explica que na última reunião o MEC apresentou uma proposta de plano de capacitação e aperfeiçoamento com a identificação da legislação existente, das diretrizes existentes e do perfil dos nossos profissionais, seja na rede de universidades, seja na rede de institutos. O que agente queria mostrar é o

quanto as universidades e institutos têm valorizado tanto a capacitação, quanto a qualificação e decorrente dessa necessidade de tudo que vem sendo discutido e vem sendo discutido há muito tempo a proposta de criação de um plano nacional de capacitação e aperfeiçoamento. Na verdade aquele documento que vocês receberam preliminarmente era mais um levantamento de informações sobre o perfil dos servidores, da legislação existente, de tudo que existe do que propriamente um plano de capacitação. Em decorrência daquelas informações nós aprofundamos a discussão e agora vou apresentar aqui uma síntese do que queremos propor. Vamos discutir e realinhar essa proposta em função da situação de cada instituição e do que temos condição de tocar também. O debate que foi colocado aqui é muito rico, muito importante, mas eu queria que vocês prestassem atenção em alguns pontos que eu vou colocar e depois discutíssemos de fato todos esses pontos. Primeira situação: O Plano Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento, na verdade poderia se chamar Plano Nacional de Capacitação e Qualificação, até o nome é sujeito a aprimoramento. A proposta que trazemos aqui é que ele vai ser um plano composto de programas e projetos. Um programa nacional de apoio aos projetos institucionais de capacitação das instituições federais de ensino, um programa de qualificação a serviço do servidor e um programa de capacitação que nós chamamos de formação continuada, cada programa desse tem projetos e ele tem ações e metas que vamos especificar para vocês. O Programa Nacional de Apoio aos Projetos Institucionais de Capacitação das Instituições Federais de Ensino, um programa de qualificação e serviços e um programa de capacitação que nós chamamos de formação continuada, cada programa desse tem projetos com ações e metas que vamos especificar para vocês. O Programa Nacional de Apoio aos projetos de capacitação das instituições federais de ensino, tem que tratar as propostas que foram discutidas aqui na mesa. A proposta desse plano é levantar e identificar as instituições que tem plano de capacitação, plano de avaliação e orientar, conversar, mas principalmente orientar na elaboração e identificar o porquê essas instituições ainda não implantaram.. Não queremos aqui nesse plano de capacitação trazer um plano para o MEC, pelo contrário nós queremos que cada instituição identifique as suas necessidades e diante das necessidades identifique o perfil do servidor técnico-administrativo da classe A, B, C, D ou E, seja na capacitação ou na qualificação e faça as parcerias. O que queremos é garantir que todos os servidores técnico-administrativos possam participar, possam se qualificar. Qual o caminho que estamos encontrando? Primeiro, que cada universidade mantenha seu programa de capacitação e qualificação, mantendo sua realidade, quem não tem implante e quem tem aperfeiçoe, então a proposta vem nesse sentido. O Programa Nacional de Apoio aos Projetos Institucionais traz três projetos: um é o projeto de apoio à elaboração e implementação do programa de capacitação e aperfeiçoamento; outro é um projeto de apoio ao plano de ações integradas de capacitação entre as instituições e a formação de gestores públicos, preferencialmente. E por fim, um projeto de estudos das normas de capacitação e qualificação dos servidores das instituições federais de ensino. Então seriam três projetos dentro desse programa de apoio. Vou detalhar mais afrente com as ações, mas só para pontuar, teríamos um programa de qualificação e serviço, um programa que seria composto também de projetos: um

projeto de graduação, um projeto de pós- graduação lato senso e especialização, e um projeto de pós- graduação stricto senso comportando mestrado e doutorado, e um terceiro programa que é o de capacitação que é a formação continuada por meio de cursos de capacitação voltados diretamente para o servidor público e suas rotinas e atividades diárias e um outro voltado para, de uma forma geral, atender todos os servidores dentro dos programas que existem. Os programas de qualificação são todos voltados de uma certa maneira para a qualificação do servidor por meio do ensino a distância ( mais a frente eu explico por quê) e o programa de capacitação não, ele é presencial. Pode existir ensino a distância? Sim. Mas essas propostas que estamos fazendo aqui é presencial. O que quero trazer para vocês diante dessas informações é o como fazer, como elaborar edital, como fazer adesão, quem pode ou não pode participar, mas isso a gente queria construir juntos. Algumas orientações já existem, mas o que queremos é uma proposta de plano de capacitação. Os detalhes queremos construir junto com vocês aqui. Nunca esquecendo que esses programas e projetos serão oferecidos em parceria com as universidades, visando a qualificação dos servidores, mas nunca perdendo de vista o objetivo e o planejamento institucional e que cada instituição continue com o seu programa específico. O Programa Nacional de Apoio aos Projetos será sempre desenvolvido em parceria com as secretarias, aqui no caso, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) acompanhadas pela Comissão Nacional de Supervisão (CNS), dentro desse programa terá o projeto de apoio, elaboração e implementação de programas de capacitação e aperfeiçoamento das instituições. A proposta é monitorar a implantação do programa de capacitação de todas as universidades com vistas a implantação do programa em todas as instituições e fazer também o acompanhamento das Comissões Internas de Supervisão (CIS) para implementar, reforçar e valorizar. Diante disso, encaminhamos um questionário e recebemos respostas já consolidadas pela equipe da Damáris e em função da consolidação dessas respostas é que trabalharíamos o projeto nacional de apoio aos projetos institucionais. Outro projeto seria o de apoio a realização de ações integradas de capacitação entre as instituições, e um outro projeto seria o projeto de estudo das normas sobre capacitação e qualificação do servidor das instituições federais de ensino. Primeiro propor normas complementares para orientação sobre qualificação e capacitação do servidor; revisar normas sobre capacitação, principalmente frente às alterações da Lei 11.091, a nossa proposta é, uma vez que já chegamos a fazer um levantamento de todos os ofícios, orientações e todas as notas técnicas emitidas em 2006, 2007 e 2008, para diante disso fazer uma revisão de alguns pontos da Lei 12.772 que alterou alguns artigos da Lei 11.091, então a consolidação desse programa eu não consegui pontuar detalhadamente todas as ações, uma vez que nós estávamos dependendo, ou aguardando a resposta do questionário. Até agora 66 instituições responderam e nós fechamos nesse número porque não dá para esperar mais, porque tanto a equipe da SAA, quanto a da SESu e da SETEC mandaram e-mails reforçando, e em todos os fóruns que estivemos ultimamente reiteramos, então damos por encerrado e diante disso é que vamos trabalhar. Como temos o controle de quem respondeu e quem não respondeu, a gente depois faz um trabalho diferenciado com esses que

não responderam. Então, só poderemos detalhar esse programa depois de avaliarmos as respostas e aí sim, construímos de verdade as ações e metas desse programa. Mas a proposta é identificar todas as instituições com seus programas de capacitação e aquelas de certa maneira não puderam, ou não fizeram, ou não implementaram, precisamos identifica-las e ver o que está acontecendo para poder orientar. O Programa de Qualificação não foi discutido com nenhuma universidade ainda e a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP não sabe ainda o que foi discutido porque de fato não houve ainda uma aprovação por essa Comissão, portanto, as instituições no próximo fórum da ANDIFES estarão discutindo esse tema com o secretário de educação superior que vai levar para o fórum. Aqueles cursos que vocês receberam é o catálogo da Capes, porque as nossas parcerias também incluirão a Capes. O Programa de Qualificação e Serviço vai ser em parceria com a ANDIFES, com a Capes, com o CONIF e todas as entidades que representam esse segmento da educação. O programa de qualificação terá 03 grandes projetos: um que é o de graduação, um outro que é o de pós-graduação lato sensu, e mais outro que é o de pós-graduação stricto sensu. Os cursos de graduação serão a distância e inicialmente serão ofertadas 2.000 vagas e a cada ano terá um acréscimo de mais 1.000 vagas. Esses cursos serão oferecidos às universidades por meio da Capes com edital específico para servidores, se entendermos que pode ser feito assim, estamos trabalhando no detalhamento deste edital, e aí todos esses cursos que estão no catálogo poderão ser realizados pelos servidores públicos, não é apenas gestão pública. Então a proposta é atender na sua maioria. Os cursos presenciais, principalmente a graduação, dificultam um pouco porque primeiro tem que entrar no SISU e fazer a concorrência, então esse é um projeto específico para a qualificação do servidor, para além disso, os cursos de especialização, que chamamos de lato sensu, nesse catálogo poderão ser disponibilizados conforme o interesse do servidor, desde educação especial, gestão pública, física, gestão em saúde, gestão de bibliotecas, logística, todos esses poderão ser oferecidos aos servidores das universidades e institutos, são oferecidas 2.000 vagas/ano e todo ano serão oferecidas 2.000 vagas. Nós fizemos um planejamento para os próximos 05 anos para oferecer 2.000 vagas/ano e como os cursos de especialização tem duração de 01 ano, o servidor entra e sai naquele mesmo ano e no ano seguinte teremos mais 2.000 vagas, e assim sucessivamente. A pós-graduação stricto sensu é mestrado e doutorado, inicialmente a proposta é oferecer mestrado profissionalizante em gestão pública já em 2014. Nós estamos discutindo outros programas de mestrado, não basta falar que vamos oferecer, temos que agilizar. Por isso o mestrado em gestão pública já está discutido e poderão ser oferecidos outros mestrados, de maneira que comportem várias vagas, não beneficiando apenas um único estado da federação. A proposta é Brasil, institutos e universidades, então o programa é pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, inicialmente já com uma proposta bem adiantada nesse sentido, de mestrado profissionalizante em gestão pública e para trabalhar outros programas de mestrado e doutorado também futuramente. O que precisamos é discutir outros programas de mestrado, com a questão de indicadores de avaliação, que atendam a categoria, institutos e universidades, e fazer oferta desse programa. O que já está discutido e encaminhado é o de gestão pública,

que está até aprovado pela Capes. E também o Programa de Capacitação e Formação Continuada. Esse programa terá dois momentos, um momento que são as vagas ofertadas na modalidade específica para servidores públicos, e aí trazemos uma proposta com vários projetos voltados especificamente para servidores públicos, questão de orçamento de logística, de gestão de pessoas, e outra modalidade que seria a participação de servidores em cursos oferecidos no PRONATEC. Qual a proposta aqui? A universidade levantaria suas demandas, as suas necessidades e faria os encaminhamentos das suas necessidades para o MEC. Os cursos terão custo zero dentro desses programas previamente existentes, com ofertas de vagas para turmas fechadas de universidades ou institutos. A proposta é discutir aqui questões de edital e etc, para saber como será feito isso. Estamos trabalhando com uma perspectiva de 5000 vagas inicialmente para a questão de qualificação, e a capacitação vai pender muito da demanda da universidade. Pode ser 10000 vagas por ano, pode ser um pouco mais, mas depende da demanda da universidade porque ela precisa apresentar suas demandas, não é o que nós temos no catálogo é o que a universidade dispõe e a gente precisa organizar. Acreditamos que a cada fim de ano a universidade disponibilize a demanda para, SETEC, SESu e SAA. Em linhas gerais isso que eu queria colocar sem a proposta do Plano de Capacitação, qualificação e aperfeiçoamento. Toda a proposta está sujeita a aprimoramento pela Comissão Nacional de Supervisão. Isso é um ponto de partida que precisávamos apresentar para a discussão. Preciso ressaltar algumas coisas em relação aos questionários que foram produzidos. As universidades e institutos, 66 deles responderam e a maioria tem o plano aprovado, mas nem todas tem implementado, então não é o fato de simplesmente ter o plano aprovado pelos seus conselhos que quer dizer que tenha implementado. Na questão específica do planejamento das ações eu verifiquei com muita cautela que muito do que é previsto é executado e tem um grande percentual de servidores técnico-administrativo, participando desses programas mensalmente, anualmente. Há um retorno muito grande de participação dos servidores e de investimento de recursos e a maioria das ações para capacitação das universidades são voltadas para gestão e pedimos para destacar gestão integrada de pessoas, gestão em administração pública. Quais modalidades de educação formal estão sendo oferecidas? Das 66, 05 responderam que atende ao ensino fundamental, 15 que atendem ao ensino médio, 35 que atendem a graduação, 51 que atendem a especialização, 59 mestrado e 40 que atendem ao doutorado. Em relação a sugestões e comentários, eu achei que os comentários que vocês vão poder verificar posteriormente, são bastante positivos. Tem um que é assim: o PCCTAE constitui-se de um dos melhores planos de capacitação de carreira, pois estimula o desenvolvimento do servidor, através da participação em cursos de capacitação, na avaliação de desempenho e ainda o remunerar por isso". Essas são observações feitas por universidades. Teve um comentário em que uma universidade sugere que o Programa de Capacitação seja bienal e não anual e que o oferecimento de cursos de capacitação dos servidores técnico – administrativo em curso de educação formal, uma vez que isso tem proporcionado sensível melhora no atendimento à comunidade universitária. Os servidores solicitam cursos de graduação e pós – graduação a serem oferecidos

gratuitamente pela instituição. Disponibilização de cursos a distância. Creio que as respostas aos questionários vão subsidiar todo o projeto, se vocês entenderem que deva ser aprovado, e todos os programas de apoio aos projetos institucionais para revisão de normas de acompanhamento dos planos de capacitação. Tonny pergunta: se temos demanda para doutorado, porque não foi oferecido para 2014? E pergunto, também, se há possibilidade de saber quais foram as 66 instituições que responderam? Dulce diz que as informações foram disponibilizadas pela CGGP, e como foram encaminhadas aos membros da Comissão poderá disponibilizar, sim. Quanto ao programa de doutorado, ele tem que ser elaborado e as universidades tem que fazer parceria para atender esse grande número de profissionais, precisa também, ser aprovado pela CAPES, para depois ser divulgado. O que fizemos aqui? Como existe o PROFIAPE, já há uma oferta desse curso e o que estamos fazendo é ir expandindo a oferta desse curso com a participação de várias universidades, então, num segundo momento podemos criar outros mestrados e até o doutorado, digo isso porque não é coisa para 2014. O que gostaríamos é que já a partir de 2014 esse plano fosse iniciado. Então, qual doutorado vamos oferecer, em gestão pública ou em saúde? Precisamos fechar essa questão e fazer um projeto, fazer com que várias universidades participem desse projeto para aprovarmos junto a CAPES. Portanto, esse é o motivo dele não estar aqui ainda. O Francisco inquiriu a Dulce sobre a dificuldade apresentada por ela para o acesso a graduação presencial, que em sua visão o MEC já tem um programa que atende aos professores de um modo geral que vêm para as universidades com acesso diferenciado com relação às vagas, inclusive no campo da licenciatura, ou seja, já existe alguma forma de acesso. Portanto, ele gostaria de saber detalhes sobre essas dificuldades. Enquanto isso a Tônia pergunta qual a possibilidade de se criar curso a distância que tenha parte das vagas para os técnicos, mas que seja aberto a comunidade? E indaga: tem apoio na legislação? Outra, vocês acham que caberia definir aqui na Comissão e ser assumido pelo Ministério, recomendações no sentido de que os mestrados e doutorados presenciais tivessem abertura de vagas extra ou outro tipo de mecanismo que desse espaço para os técnicos que trabalham com pesquisas, com extensão e não só com gestão, estarem nos mestrados e doutorados presenciais? E cita que lá na UFRGS funciona a liberação do pagamento das especializações, ou seja, a pessoa concorre na seleção e tem vagas para os servidores. Então ela cogita as possibilidades de algumas diretrizes, orientações, recomendações e um trabalho de conquistar espaço também nas ações presenciais de graduação. Loiva toma a palavra e dirige-se a Dulce informando que sua pergunta é em relação à modalidade dos cursos. Pois, pelo o que ela entendeu, a modalidade proposta é essencialmente curso a distância, então a Tônia veio complementar, no sentido de que há a possibilidade de curso presencial ou cursos existentes ou que possam ser criados. Loiva acredita que a proposta é em AD e acha que poucas universidades têm vagas para técnico- administrativos em graduação presencial e que a disputa é muito grande, como também trabalham com pesquisa a academia deveria abrir outras modalidades, como mestrados acadêmicos especialização e não apenas mestrado profissional. A outra pergunta é como se darão os afastamentos? Dirigindo-se também à Dulce, Marilac diz que a Dulce colocou que há uma enorme dificuldade de se formatar cursos que não sejam na modalidade



presencial, logo adiante a mesma Dulce colocou a possibilidade de oferecer doutorado, então Marilac quer entender ,como o MEC pretende viabilizar isso em que pese ter anunciado lá no início que a dificuldade de cursos presenciais têm sido motivo para que seja dada prioridade para a questão do mestrado profissionalizante. Então indaga como é que o doutorado será introduzido e se isto é uma coisa a longo prazo ,a médio ou curto prazo para que possam conseguir sair só dessa modalidade de AD e partir para a modalidade presencial. Vanda pergunta qual mecanismo o MEC irá criar para estimular as instituições a fazer essa reserva de vaga para técnicos nos cursos de graduação já existentes, por exemplo, dessa lista que já foi colocada e que hoje basicamente são para um programa de formação de professores de educação básica em alguns casos. Dando prosseguimento, Vanda diz que é uma boa notícia saber que terá fomento e que isso já é um grande estímulo e que as universidades vão aceitar por livre e espontânea vontade. Em relação aos cursos a distância ela diz que a sensação que dá é que está estimulando o curso a distância para evitar a liberação do servidor, embora não saiba se é essa a intenção realmente ou não. Frisa que tem também a questão do servidor estudante que, no caso, a legislação permite esse estudo para se qualificar, se capacitar. Hilbert solicita a palavra para fazer registros e dá início afirmando que a nova versão avançou bastante e, inclusive, dialoga com documentos apresentados anteriormente na proposta da FASUBRA, sobretudo, porque a ideia quando foi tratado naquele inventário do PEDIC não se falava só de capacitação e o programa é a estratégia que está sendo construída, o documento tenta dialogar com isso também e tem algumas ações que não são necessariamente ações de capacitação, então os projetos de apoio ao desenvolvimento institucional vai no sentido de tentar garantir que algumas instituições desenvolvam suas atividades , e isso é muito positivo. Quer, ainda, destacar alguns aspectos que chamou sua atenção no inventário: primeiro que dos dois terços das IFES, 66 responderam e são mais de 99 IFES. Então, cerca de dois terços das IFES existentes responderam o inventário e apenas metade delas aprovaram no Conselho Superior o PEDIC, ou seja, quando foi feita a discussão de que o PEDIC era necessário ser aprovado no Conselho Superior justamente para que ele possa estar alinhado com o PDI e que a categoria ganhe força organizativa, e chama a atenção, também, que implementado mesmo o PEDIC tem apenas 36 das 66 IFES, então tem um trabalho a ser construído adiante para conseguir chegar efetivamente nas ações sendo realizadas, e esse dado é bastante rico do ponto de vista de ser trabalhado . Há uma grande lacuna no que se refere a questão do dimensionamento das necessidades institucionais, porque a capacitação a grande maioria tem, mas tem gente que não tem, então o começo desses que não tem é ter , se não eles não vão ter nem como aderir aos programas. Outro ponto é que o programa aqui no caso precisa sim dos três programas dentro do plano, precisa ter um foco que deve fazer parte da oferta nacionalmente induzida e mais que gestão pública é preciso tratar especificamente da gestão do ensino da pesquisa de extensão, o que pode ser chamado de gestão universitária ou gestão da educação, no sentido mais amplo. A gestão pública é importante e de fundamental aspecto mas é necessário resgatar a componente de especificidade que cada instituição federal de ensino tem, com suas características entre os dois modelos gerais de universidades e

instituições, então na demanda ou na estimulação o que deve ser feito é caminhar no sentido da discussão daquilo do que é mais próprio que constitui o nosso fazer, por que estamos tratando aqui desse aporte novo de recurso, daquela oferta que faz parte da demanda induzida, o que não quer dizer que está eliminando, ao contrário, está estimulando o uso do que já existe em termos de pós-graduações stricto sensu e lato sensu que as próprias instituições já oferecem hoje, têm instituições jovens que sequer tem seus programas de pós-graduação, têm institutos federais que boa parte deles ainda até pela estratégia de verticalização, muitos deles ainda não tem consolidado seus programas de pós-graduação, então essa alternativa do uso não existe nesses casos. Os aspectos enfatizados antes serão chamados aqui de equidade, e terá de ser tratado do ponto de vista do equilíbrio regional, porque o acesso é um perfil diferenciado em termos regionais, terá de ser tratado do ponto de vista dessa relação entre as universidades e os institutos federais, uma vez que os dados de qualificação são diferentes e isso vai gerar uma demanda diferente, na hora que dividir as ofertas de vagas, de estímulos, isso deve ser considerado senão pode correr aquele risco grave, de quem já tem um estágio melhor, fica melhor ainda, e quem não alcançou um patamar mínimo não consegue alcançar. Esse é um aspecto essencial que tem que considerar, senão ao invés de diminuir as desigualdades, serão aprofundadas as desigualdades existentes no próprio sistema. Então na regulação isso vai acabar aparecendo, a medida que sejam aprofundados os mecanismos gerais regulatórios e nos editais das chamadas públicas que serão ofertadas, e também não se pode esquecer a questão da posição relativa na carreira, tem que ser identificado o perfil e as diferentes gerações de trabalho. Como serão contempladas as posições relativas da carreira? O critério de senioridade vai ser um critério adotado? Serão direcionadas vagas específicas para servidores em determinadas posições de carreira? Para que tenha uma igualdade, uma melhoria, será feita uma política afirmativa? Será utilizado o critério de gênero? Esses aspectos, principalmente diante dos avanços, não podem ser ignorados no momento de fazer a regulação aqui. Portanto, do ponto de vista dos valores, acho que a questão da equidade, da diminuição das desigualdades, tem que ser um valor intrínseco com a construção realizada aqui, porque se abre uma chamada, e tem gente que não consegue nem ainda elaborar um termo de referência para uma licitação, torna-se impossível fazer um projeto de captação de recursos nos níveis de exigência que muitas vezes são exigidos para garantir o padrão de qualidade que a Capes, o CNPq, etc, apresentam no projeto, então é fundamental cuidar dessas questões para que a ação da Comissão não aprofunde as desigualdades, pelo contrário, que fortaleça os instrumentos e concorra para a diminuição das desigualdades. Antonio Brod diz que às vezes fica meio perdido, meio confuso, porque em determinados momentos parece que a Comissão já tem um caminho e daqui a pouco esse caminho deixa de existir e passa a ser trilhado com outros olhos, mas ele diz que pensa ter uma explicação para isso, e conta que participa também de um GT que está trabalhando na questão do plano de capacitação e qualificação dos institutos federais e talvez esse seja um ponto que tenha que ser falado na mesa sem nenhum tipo de pudor, no sentido de enxergar realmente como as coisas são postas e como elas acontecem. Os institutos não são iguais às universidades, a concepção dos institutos é completamente

diferente, os anseios dos institutos, e que não está falando como ex- reitor, está falando como alguém que está dentro dessa rede há 36 anos, como aluno, professor, coordenador, diretor, reitor, presidente de sindicato e tudo mais, e que está dizendo isso porque vê que existe uma proposição traçada pelo próprio grupo, no sentido de fazer realmente com que exista algo concreto, palpável, para que se dê início a esse processo de capacitação de uma vez. Faz mais de anos que ele participa desse grupo e por isso que às vezes ele se perde, as coisas vão e voltam, nesse outro grupo que ele falou, mais específico dos institutos, o grupo está bem ampliado e bem claro, são programas de capacitação e qualificação que servem a todos, indistintamente, docentes e técnicos-administrativos, concorrendo com as mesmas condições para todos os tipos de cursos ali propostos, sejam eles mais operacionais, que seriam os profissionalizantes, sejam também os de cunho acadêmico, os quais ele deixa claro que defende. Segundo ele, o que ocorre hoje, e ele fala pelos institutos, é uma situação da corrida do ouro, de pessoas que já estão há muito tempo nessa busca de serem pós-deuses, está cheio de pós-deuses nas instituições, e cada vez mais essas pessoas tem o controle de como as coisas são encaminhadas internamente, e ele acha que essa Comissão é que tem que desfazer esse processo e colocar para dentro das instituições como é que vai se dar a capacitação, a qualificação, o mestrado ou doutorado, seja lá o que for, por que senão irão incorrer no erro de novo de preparar toda a condição, de preparar os instrumentos e lá dentro quem vai executar, quem vai dar as diretrizes de como vai acontecer é um grupo restrito que há muito tempo está com essa expertise, esse conhecimento de como fazer e aí a Comissão volta a discutir sempre esse encaminhamento que não se torna concreto, e até quando ele diz no início, que os institutos são diferentes das universidades, eles são e devem ser e não devem querer ser universidades ou eles não vão ser nada. Ele disse no CONIF ainda em maio, quando deixou a reitoria depois de 08 anos, que “se começássemos a enxergar os institutos federais com os mesmos olhos das universidades estávamos fadados dentro de 05 anos a ser uma rede que não ia dever nada a essas redes falidas do ensino estadual e das redes municipais de educação”, por fim, conclui que cada um tem o seu papel, cada um tem que fazer aquilo que está preconizado e aquelas razões pelas quais foram criados e os ditames que regem essas universidades e regem os institutos e nem só o academicismo e nem só o tecnicismo, é preciso ter uma temperança disso aí, no sentido de buscar o equilíbrio. Em seguida volta a frisar que faz parte desse grupo fazer as proposições junto com a SAA, a SETEC, a SESu, enfim, no sentido que da Comissão partam as diretrizes e sejam feitos os encaminhamentos de como isso vai se operacionalizar lá na ponta, porque existe uma concepção de que aqueles que já têm o poder posto, que comandem internamente essas ações, e isso a Comissão não pode deixar acontecer. Diz que vai aproveitar para citar um exemplo apenas, para ser pragmático no que está dizendo, do que ocorreu no IFSUL e a tentativa que isso vem sendo a toda hora trazido, na ânsia de se criar cursos de pós- graduação porque verticalizou o ensino, querem praticamente adular alguns da história que a instituição possui, e a primeira coisa que é barbada de fazer é criar curso de mestrado de educação, porque educação é um guarda chuva que cabe todo mundo lá dentro e ocorre que se um professor de física, de matemática, de mecânica de precisão, de

química fizer o mestrado de educação eles não voltam para sala de aula para dar aula. Só querem ficar naquele mundinho, citando autor e viajando pelo mundo apresentando seus papers e seus posters. Então isso não pode acontecer e cabe à Comissão criar condições de impedir esse andamento. Na sequência ele pede que perdoem o tom um pouco de desabafo, mas que está aqui no intuito de querer ajudar muito, de querer que as coisas funcionem, e que realmente se traga para a Educação, seja ela profissional ou acadêmica, o que tem de melhor, e que não se entregue as condições de decisões que possam ser dessa Comissão, traçadas por esse grupo que foi constituído, para questão interna. Prossegue dizendo que quando se fala que tem lá na universidade dele alguém que pede até o currículo, isso não pode, um outro pede outra coisa, um faz outro não faz, então é uma desordem, é uma situação que não tem um controle, um comando, porque provavelmente nunca se pensou na constituição de um grupo de pessoas que pensem, que tenham condição de realizar e dar suporte a normatização de regramento para que tenhamos de forma efetiva, um processo de capacitação real, nacional, e que possa atingir a todos e não fique continuamente privilegiando aqueles que já são privilegiados. Para encerrar sua fala diz que acha que faz parte desse processo e ele vai se acumulando ao longo dos anos e é preciso enxergá-lo de frente. Diz ainda que o que ocorre e que nós observamos é que indistintamente nas universidades e nos próprios institutos, muitas vezes a filosofia está na cabeça do reitor e ela não pode estar na cabeça do reitor, ela tem que ser perene, o reitor, o poder que ele adquire é passageiro, é efêmero, e tem instituições que estão se constituindo a partir da cabeça dos seus reitores, um gosta mais disso, outro gosta mais daquilo, então essa é uma outra posição que eu penso que nós temos que ser forte aqui para que não ocorra também em algum momento a possibilidade de termos ou deixarmos que exista uma vontade maior e que ela acabe caindo num processo de ilegalidade e/ou de se não for ilegal que possa ser não-permissivo, e vou dar também um outro exemplo, nós criamos um curso de gestão lá no Instituto Federal Sul-Rio-grandense em parceria com a Universidade Federal para formar e formamos mais de 60 técnicos-administrativos que não tinham graduação, um projeto maravilhoso, constituído assim da melhor maneira possível, só que tivemos um problema, na hora do fechamento das turmas o Ministério Público não admitiu reserva de mercado. Então tivemos que fazer um terço, um terço, um terço, ou seja, um terço para os servidores da universidade, um terço para os servidores do IFSUL e um terço para a comunidade. Então é uma questão que eu defendo, eu acho que não devemos fazer reserva de mercado, nós somos uma instituição pública, quem sabe já partimos de uma regra primeira, um terço para a universidade, um terço para o instituto e um terço para o pessoal que vem de fora, essa é uma ideia que eu trago aqui para a mesa. Dulce retoma a palavra e diz que concorda plenamente com as colocações do Hilbert, do professor Brod e que entende a preocupação de cada pergunta feita aqui. Nesse quantitativo de vaga que está sendo proposto ela entende que o ensino a distância permite que mais pessoas participem desse processo, o ensino presencial pode ser feito e muitas universidades já têm em suas normas internas, principalmente as universidades, isso já foi identificado, a participação de 10%, de x% de servidores nos seus cursos. Segundo ela o que se quer, como o professor Brod muito bem colocou, é

que todos participem desse processo e que comecem e que garanta a todos a condição de participar, seja nos processos de capacitação, seja nos programas de qualificação. Diz que assim como o Hilbert colocou muito bem, é necessário verificar que nem todos tem as mesmas condições, nem todos estão no sudeste ou sul do País, e aí temos que trabalhar com esse quantitativo, uma vez que estamos levando educação a todos os estados brasileiros, a todos os rincões brasileiros, a todas as cidades brasileiras com a perspectiva de não só levar educação, tanto institutos e universidades, mas também condições para que os servidores que ali cheguem, fiquem, para que permaneçam, uma vez que entende que a capacitação e a qualificação é um dos processos importantes de colocar esse servidor em condições de trabalhar e de permanência nesses locais de trabalho. Frisa que em um relatório que foi entregue preliminarmente, foram destacados uns quantitativos, que ela chamou a atenção disso e alguém a corrigiu dizendo que ela estava querendo falar que tem que fazer para quem não tem. Dulce diz que não é isso, ela queria destacar que existe um percentual de servidores de institutos e universidades que merecem atenção. Se não participaram de nenhum processo de capacitação, se não participaram de nenhum processo de qualificação é porque não foi dada as condições. Acha que há a necessidade de se investigar, mais para além daqueles que nunca participaram de um processo de capacitação e isso gira em torno de 30% nas universidades e um percentual maior nos institutos, tem também todos aqueles que já participaram e precisam de capacitação permanente. Afirma que esse processo foi feito pensando nisso, em poder garantir que mais servidores possam participar. Estimular as universidades a abrir condições para que esses servidores participem nos programas que já existem. Acha que é possível estimular, mas não obrigar. Diz que obrigando fere o princípio de autonomia das universidades. Cabe a cada um verificar o que existe de proposta e permitir que os seus servidores participem. Acredita que nesse sentido pode sim, orientar, conversar, emitir até orientações, sem obrigar que as universidades tenham reservas de vagas nos seus cursos existentes. Explica que aquele catálogo que foi incluído, tanto para curso de graduação, tanto para especialização, quanto para capacitação, ele é referência do que existe hoje, mas em decorrência de demandas e necessidades indicadas pelas universidades e institutos poderão ser criados cursos de capacitação, cursos de especialização, cursos de qualificação, de graduação e até mestrado, sendo que o mestrado é mais complexo, talvez o Antônio Brod que é professor possa até explicar melhor isso aqui, a maneira como funciona a criação de um curso de pós-graduação, é um pouco mais demorado, um pouco mais criterioso. A graduação também. É possível, mas também não é assim. Mas pondera que o que a deixou satisfeita é que existem 40 universidades, das 66 que responderam o questionário, dizendo que os servidores participam de processo de doutorado, e 50 e poucas que os servidores participam de processo de mestrado. Então já existe sim, uma forte consciência nas universidades sobre a importância da participação dos servidores nos processos de qualificação. Leonel propõe a suspensão da reunião para que todos almozem e marca o retorno para às quatorze horas. Hilbert propõe que durante o intervalo seja pensado o que é necessário fazer; o que querem aprofundar e como isso será feito. Porque acredita que se não resolverem esse aspecto mais operacional, ficarão meio que marcando passo, e a discussão para

tratar também como serão encaminhadas as regulamentações necessárias, porque eventualmente desse arcabouço a questão do afastamento é um aspecto importante da garantia que precisa ser detalhado. A Marilac propõe um encaminhamento, que é logo ao início da reunião da tarde que seja retomada a questão das atribuições da Comissão Nacional de Supervisão como o primeiro ponto a ser abordado. Leonel suspende a reunião para almoço. Leonel reabre a parte vespertina da reunião. De início o Hilbert solicita os seguintes esclarecimentos: como é que o MEC pensou no item um da proposta do Programa Nacional sobre o projeto de apoio a elaboração e implementação de programa de capacitação e aperfeiçoamento e o projeto de apoio à realização de ações integradas de capacitação? Isso implica em investimentos eventualmente, ou no suporte técnico metodológico, ou em uma consultoria? Como o MEC está vendo essa questão do projeto? Como é que funcionaria isso? Porque quando é um curso de capacitação, qualificação, isso é mais fácil e mais objetivo. Mas o que seria essa ideia dos projetos de apoio? Dulce diz que primeiro é preciso ver se a bancada concorda com essa proposta de programa. Se concordar, foi feita uma apresentação de três projetos, e se houver concordância faremos as apresentações. Basicamente, foi chamado de projeto de apoio a elaboração e implementação. Com as informações disponibilizadas para as universidades, aquelas que têm, se já foram implementadas ou não, deveremos entrar em contato, ver as dificuldades, e até chamar essas universidades para um seminário, um workshop ou alguma coisa nesse sentido para que sejam verificadas as dificuldades para poder implementar, e esse projeto de apoio a realização, o que se verifica também é que decorrente da falta de um projeto de capacitação há muita dificuldade, as vezes, de buscar os cursos, a capacitação de uma maneira geral. Diz ainda que depois de ler e reler as anotações algumas vezes, até pensou em deixar em dois projetos, mas resolveu trazer para a discussão para o grupo poder avaliar e aprimorar, nesse sentido, porque o último que é o de estudo das normas o MEC tem a clareza de que é no sentido de identificar todas as normas existentes, e quando se fala norma refere-se a ofício- circular, nota técnica, até lei e até decreto, e fazer uma revisão daquilo que está conflitando, principalmente, depois da edição da Lei 12.772. Enfatiza que era mais ou menos com isso que ela gostaria de começar essa reunião, ou seja, ouvindo a avaliação da bancada, porque muito disso que está aqui, foi proposto, é o resultado da implementação dele, vai ser feita da análise minuciosa das respostas, às vezes não é necessário nem um dos três projetos que estão aqui. Claro que deve ser necessário, porque se somente sessenta e seis instituições responderam, é porque algumas não têm e precisam de uma orientação. Afirma que gostaria de ouvir a bancada, uma vez que seus membros ficaram na sala na hora do almoço, conversaram, discutiram e qualquer proposta que tenham deve ser colocada para a Comissão fazer a avaliação e encaminhamento do projeto. Para agilizar os trabalhos, Vânia apresenta a proposta de criar dentro da Comissão Nacional um grupo de trabalho menor para detalhar o Plano Nacional de Desenvolvimento e trazer o resultado para a Comissão ao invés de ficar fazendo essa discussão com todo mundo, então aí a FASUBRA apresentaria as contribuições. Hilbert diz que a ideia é aprofundar a proposição no seu detalhamento, inclusive sob a forma de maneira conjunta, para que nesse processo de aprofundamento mesmo emergindo

eventuais divergências, já esperadas, e eventuais consensos, mas que ao final tenha um documento que possibilite na sua conclusão virar um decreto ou o que seja. O que se quer é garantir a possibilidade de termos ações concretas no ano de 2014, elaboradas, desencadeadas a partir daqui. Ele acredita que na hora de começar a aprofundar, determinar, as coisas andam. E lembra que experiências anteriores, tiveram algumas positivas naquela característica tradicional que a bancada tem, com um representante aqui das entidades, para que todo mundo possa estar envolvido. Leonel concorda com a proposta da criação do grupo de trabalho por acreditar que seria mais produtivo, no entanto, manifesta preocupação se haverá verba para diárias para o grupo e pergunta quantos componentes terá o grupo e a Vânia informa que serão três ou quatro pessoas, sendo normalmente três da bancada sindical, três do MEC e dois da FASUBRA. Leonel diz que gostaria que tivesse alguém da SESu, alguém da SAA e alguém da SETEC. Vânia informa que com relação a portaria de afastamento a FASUBRA comprometeu-se de trazer para a reunião, mas não conseguiu fechar, então a proposta é que na próxima reunião trará a proposta fechadinha para debate. Se conseguir, será encaminhada antes da reunião para que todo mundo tenha conhecimento, mas de qualquer forma está pensando em uma portaria que contemple os afastamentos parciais e os afastamentos integrais, numa linha parecida com a dos docentes, mas não exatamente no mesmo molde. Leonel sugere que tirem os nomes e que marquem a reunião do GT para a próxima semana ou a outra para poder terminar esse trabalho na primeira quinzena de novembro. Dulce propõe e é aceito para que os trabalhos do GT sejam realizados nos dias doze e treze de novembro o dia inteiro e diz que a proposta é que a FASUBRA tenha dois representantes, a SINASEFE um e em um primeiro momento está indicado o nome do Hilbert e da Wanda e Josemar, a SESu vai ter um representante, a SETEC vai ter um representante e a SAA um representante, para que não perca nenhum dos segmentos. Dulce continua e faz alguns encaminhamentos na intenção de que todo o material que tem seja disponibilizado com antecedência para a bancada. Mostra a proposta de um catálogo de cursos para dar subsídio ao que já existe e ao que pode ser feito e avisa que a Comissão pode apresentar, mas é uma demanda das universidades e acha que elas é que têm que fazer esse processo de avaliação e indaga: A Comissão vai trabalhar com esse programa de qualificação, esse programa de capacitação? Porque para a elaboração do Plano de Capacitação vai ter que haver uma demanda das universidades, proposta digital, datas, tudo isso terá que ser trabalhado e assim recheamos isso aqui, isso aqui na verdade é uma síntese de uma proposta, até as licenças e os afastamentos devem ficar bem sinalizados nesse projeto, a questão dos afastamentos e sua regulamentação e, especificamente para essa proposta, precisamos avaliar juntos. Hilbert diz que a princípio, a referência que a Comissão tem para trabalhar, tanto esse quanto o primeiro documento, ele faz uma parte do diagnóstico, e têm os próprios documentos da Federação que, em parte, principalmente, a proposta do programa de apoio ao desenvolvimento do PCCTAI, tem diálogo com essas questões no que se refere ao projeto de apoio, ao mapeamento de necessidades, no que se refere aos editais de caráter público, e esse texto é tido como referência nessa estrutura, para que não seja dispersada informação demais e também não trabalhar com informações insuficientes, as

informações em torno dessas diretrizes aqui são necessárias, o PRONATEC tem alguns elementos também que são interessantes do ponto de vista de diretrizes, temos uma base em termos das políticas afirmativas que são importantes para pensar como serão incorporadas dentro desse espírito geral que já está consolidado hoje na política educacional. Dulce diz que além das ações entre institutos e universidades, principalmente Minas Gerais que tem muitas universidades próximas, pode tranquilamente fazer isso. Mas, tem algumas iniciativas que também não podem ser menosprezadas, por exemplo, a região norte se uniu em uma rede de capacitação de determinadas universidades, então essas ações têm que ser valorizadas. A Bahia, o Rio Grande do Norte, o norte de Minas, estavam em uma rede de capacitação. A Dulce prossegue e diz que a UFRGS tem uma escola de desenvolvimento, que ela leu todo o trabalho que eles fizeram, acessou o site, viu que até ganharam um prêmio recentemente nesse sentido, então parcerias com essas instituições devem ser feitas, exatamente para levar para outros campus, para outras instituições, para não ficar só nessas propostas da UAB. O PROFIAPE hoje está com dez universidades integradas e a proposta nossa, discutida com a Capes, é de ampliar isso para todas as universidades que queiram participar, nada que está aqui na proposta é novo, tudo aqui já existe e que estão na verdade, criando um caminho específico para os servidores públicos, então o PRONATEC já existe e estamos abrindo um caminho para os trabalhadores da educação, estamos olhando com um olhar bastante crítico. Almiram dirige-se a Dulce e diz que já que nada aqui é novo e que conversando aqui sobre algo que está no programa, que fala sobre graduação via UAB e há experiências em diversas instituições que construíram graduação praticamente específica para os trabalhadores nessa área de gestão, ele pergunta se não poderia aproveitar a experiência também e expandir? Explica que particularmente sua representação tem uma posição de que o ensino a distância é importante como complementação, e a partir daí discutir como incorporar isso aqui como um meio, uma forma complementar de educação. Dulce esclarece que todos os programas que existem nas universidades podem continuar existindo, aliás devem continuar, porque isso é um fortalecimento do Plano de Capacitação, tudo o que nós estamos propondo, vai sair a custo zero para institutos e universidades, na verdade vai aumentar a qualidade daquilo que já existe. A proposta era começar 2014 com edital específico para os trabalhadores da educação, institutos e universidades federais, outros programas podem ser implementados no decorrer do desenvolvimento desse plano de capacitação, outros cursos podem ser implementados e as instituições podem oferecer alternativas, reservas de vagas nas universidades com recomendação ou orientação, projetos específicos, especialização, mestrado e também parcerias entre instituições para atender os diversos institutos/universidades, universidades/institutos, por isso que foi colocado assim esse projeto, esse programa de apoio, para que o MEC aqui faça, talvez, essa articulação, para garantir o funcionamento. As universidades podem entre elas, trabalhar perfeitamente, o que se quer é exatamente isso, apoiar essas ações. Vânia quer apresentar a proposta com relação a regulamentação e diz que vota na que foi feita lá atrás, de ter uma agenda, inclusive de regulamentação, e expõe que pararam com o GT regulamentação, que não avançaram, ficaram vários assuntos



pendentes para regulamentação, talvez se conseguissem vencer toda aquela agenda de regulamentação, teriam menos problemas na hora de dar essas informações, como ainda não vencemos isso, então a proposta que trazem é a de que todas as informações com relação a aplicação do Plano de Carreira seja remetido para a Comissão Nacional, para a tenham conhecimento, se tiver algum esclarecimento novo, que ainda não foi regulamentado, que tomem conhecimento, e , se precisar, será feita uma regulamentação se a dúvida for grande. Vânia prossegue e diz que temos que saber separar as coisas, há coisas que estão muito bem regulamentadas, inclusive por nós aqui na Comissão, que é claro, se é só responder, responde, agora tem coisa que é interpretação, está sendo feita uma interpretação que não é a interpretação correta na maneira de entender da bancada, que não foi regulamentada, que essa Comissão não se debruçou e não foi regulamentada. José Carlos propõe que se traga a nota técnica para uma leitura conjunta, faça os destaques que foram prejudiciais e que ela seja discutida aqui na Comissão. Hilbert retruca que se posiciona contrariamente porque no seu entendimento, como representante da FASUBRA não tem delegação para fazer um debate específico sobre essa questão da regulamentação aqui na Comissão, porque o acordo construído pelas entidades e o governo, foi de que todas as questões referentes ao desdobramento do acordo de greve seriam feitos nos grupos de trabalho diretamente. Marilac diz que esse debate é prerrogativa da CNS, então não estariam atropelando ninguém e nem fazendo nada que não seja prerrogativa e que na primeira intervenção da bancada aqui hoje, foi no sentido de que foi, entre aspas, usurpado o direito de manifestação sobre esse assunto, então ela não entende, que agora estão declinando daquilo que foi reivindicado às nove horas da manhã, ela está confusa em relação a isso, e acredita que se for o caso precisam até interromper a reunião para entrarem em um acordo. Leonel intervém e comunica que entende que a observação da Vânia é verdadeira e que acha importante quando cometemos um erro reconhecê-lo, portanto, podemos, se a Comissão achar interessante, mandar um documento pedindo para desconsiderar a nota técnica e a gente discutir e botar em um encaminhamento, que nós entendemos que tem que fazer. Vânia considera perfeito o encaminhamento, concorda com a reversão da nota técnica, informa que a direção da FASUBRA vai continuar discutindo no Grupo de Trabalho a questão da regulamentação e solicita que quando voltarem à agenda da Comissão , que voltem na questão do GT da regulamentação porque tem várias coisas que podem ser amenizadas se nos debruçarmos sobre algumas coisas que não estão muito claras na lei que precisa de uma interpretação. Dulce pede a palavra para fazer algumas considerações e diz que tudo o que foi colocado, mais uma vez reforça a proposta do Programa Nacional de Apoio a Projetos Institucionais. Nesse projeto específico de estudo das normas ela chegou a fazer um levantamento de todas as orientações que foram expedidas no sentido de ver o que foi expedido. Acha interessante a criação de um grupo de trabalho para efetuar a revisão dessas normas, do que existe e do que já está em desuso, principalmente, em função da Lei nº 12.772. Acho isso muito importante, então, fica bem claro, tal orientação já está em desuso, tal orientação nos termos da Lei nº 12.772 já não existe mais, e fazer uma revisão de tudo isso, e o que compete a CGGP emitir de orientação que emita, a CNS manifestar, emitir, porque eu acho que todos aqui têm competências

muito claras, e a CGGP , ela é o órgão setorial do SIPEC no sentido de orientar a respeito da legislação da área de pessoal, está muito claro, tanto que a CONJUR por diversas vezes manifesta nesse sentido. Quer ainda fazer a proposta de que tão logo seja criado o Plano de Capacitação, que se implante e abra o projeto para fazer revisão, e que a própria FASUBRA e a SINASEFE também fizessem o levantamento da legislação, dos pontos a serem regulamentados, e aí a gente fecha isso também nas próximas reuniões. Tonny referindo-se as CIS diz que em relação a esse assunto, por falta da CNS propor e ser efetiva nas questões, como por exemplo, Encontro Regional que foi discutido no Encontro Nacional, que foi feito com a Subsecretária Valéria Guirlanda, já faz tempo, faz quatro anos, dali partiu a demanda de fazer uma regional nas cinco regiões e uma nacional. Só que isso não foi efetivado dentro da CNS, por esse motivo é que a base fica inquieta precisando encaminhar as coisas e fazem por iniciativa própria. Leonel comunica que não está criticando a atuação das CIS e acho que o pessoal está extremamente bem intencionado, no entanto, entende que a Comissão é que tem que partir para a organização do Encontro Nacional e propõe que na próxima reunião tente organizar o Encontro. Vânia considera legítima a organização dos colegas nas Comissões Internas e acha que deve ser planejado um encontro das Comissões Internas com a Comissão Nacional, planejada de forma coletiva do pleno, com as representações sindicais, com a representação do MEC e da ANDIFES. Leonel anuncia que já tem a confirmação de verba para o GT e que a reunião do grupo será nos dias doze e treze de novembro. Leonel pergunta se a próxima reunião poderá ser no dia vinte e sete de novembro e todos concordam, e ele anuncia que a pauta da próxima reunião será a produção do grupo que estará aqui nos dias doze e treze de novembro. Em seguida pergunta se tem mais alguma coisa, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, às 17 horas, e eu, Inara Menezes Rolim, lavrei a presente ata, que depois de lida, foi assinada por todos os presentes.

Participantes:

Antonio Leonel da Silva Cunha (SAA)

Damáris Orru de Azevedo (SAA),

Dulce Maria Tristão (SESu)

Danilo Lôbo (SETEC)

José Aumiram Rodrigues (FASUBRA)

Hilbert David de Oliveira Sousa (FASUBRA)

Vânia Helena Gonçalves (FASUBRA),

Tônia Cunha Duarte da Silva (FASUBRA)

Loiva Marques Chansis (FASUBRA)

Luiza de Marilac dos Reis (FASUBRA)

Carla Jerumenho (FASUBRA)

Vanda do Carmo Lucas Santos (FASUBRA)

Francisco de Assis dos Santos (FASUBRA)

José Carlos Souza (SINASEFE/IFPE)

Edmar da Rocha Marques (SINASEFE/C. Pedro II)

Tonny Medeiros Martinho (SINASEFE)

Aliomar da Silva (SINASEFE)

Josemar Clemente Almeida (SINASEFE/IFPB)

Jessica Fernandes (SINASEFE/DN)

Antônio Carlos Barum Brod (CONIF)